



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Secretaria de Planejamento e Gestão

1 Informações Gerais

Ata 3ª Reunião Ordinária Comitê do 1º Grau

Data: 30/10/23

Horário: 10h-12h

Local: Híbrida (Sala virtual Teams e sala nº 311, setor Azul, do Fórum Clóvis Beviláqua)

Pauta: Apresentação do Plano de Obras TJCE 2023-2025; Lotação Paradigma; e Eleição do coordenador do Comitê.

Ata elaborada por: Diana Santos Pontes, Secretaria de Planejamento e Gestão

2 Lista de Participantes

Nome	Cargo/Lotação
Marcelo Roseno De Oliveira	Juiz Auxiliar da Presidência - Assessor de Articulação Interna para o Primeiro Grau
Ana Kayrena da Silva Freitas	Juíza-Corregedora Auxiliar
Elison Pacheco Oliveira Teixeira	4º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais de Fortaleza, Magistrado escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Josilene de Carvalho Sousa	1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará, Magistrada eleita por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau
José Maria dos Santos Sales	30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Magistrado eleito por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau
Abelardo Rodrigues Cavalcante	Servidor lotado no Gabinete da Presidência, escolhido pela Presidência
Fabio José de Lima Chagas Irmão	Diretoria do Fórum da Comarca de Crateús, escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Hadjefferson Marreiro e Silva	Secretaria Judiciária de 1º Grau, eleito por votação direta entre os servidores
Antônio Marcos da Silva Araújo	2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza, eleito por votação direta entre os servidores
Sérgio Mendes de Oliveira Filho	Secretário-Geral da Área Administrativa (<i>apoio técnico</i>)
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho	Secretário de Finanças (<i>membro titular dos comitês de 1º e 2º graus como representante da Secretaria de Finanças</i>)
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Planejamento e Gestão (<i>apoio técnico</i>)
Diana Santos Pontes	Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão (<i>apoio técnico</i>)
Pedro Helker Alvez de Alcântara	Diretoria do Sindjustiça

Francisco Vagner Lima Venâncio	Diretoria do Sindojus
Carlos Eduardo Oliveira de Mello	Diretoria do Sindojus
Thoyo Bráulio Ferreira Pontes	Coordenadoria de Planejamento Orçamentário-SEPLAG (<i>apoio técnico</i>)
Helga Medved	Juíza de Direito (<i>representando Dr. José Hercy Ponte de Alenar</i>)
Maria Rafaela de Oliveira	Coordenadora de Planejamento Orçamentária (<i>apoio técnico</i>)
Mário David Magalhães Soares	Gerente de Informações Estratégicas (<i>apoio técnico</i>)

3 Pontos discutidos

1. Dr. Marcelo Roseno abriu a reunião, saudando a todos e explicando que apesar da frequência da reunião do comitê ser bimestral, a presente reunião foi agendada devido à necessidade de tratamento do volume de pautas. Na sequência, mencionou os pontos a serem abordados no dia: Plano de Obras, exposição a ser conduzida pelo Secretário de Administração e Infraestrutura; Lotação Paradigma, a ser apresentada pelo Secretário de Gestão de Pessoas; e, por fim, eleição do coordenador do Comitê.

2. Pedro Sampaio, Secretário de Administração e Infraestrutura, apresentou a estrutura organizacional da Seadi, abordando as competências de cada unidade organizacional; alguns números da Secretaria (orçamento, número de servidores, quantitativo de bens móveis e imóveis e outros); e os seus principais projetos (Plano de Obras, Mais interior e Gestão Patrimonial), constantes de arquivo anexo. Com relação ao Plano de obras, o Secretário esclareceu que a versão apresentada foi aprovada para a gestão 2023-2025, destacando os Fóruns inaugurados de Marco, Crato e Beberibe e expondo as reformas em andamento.

3. Referente ao projeto Mais Interior, o Secretário apresentou a relação de Comarcas que entre os anos de 2023 e 2024 terão a edificação revitalizada (pintura em geral e saneamento de ordem de serviços em aberto); modernização da climatização e das instalações elétricas; e receberão móveis novos. Neste ponto, o Secretário esclareceu que serão substituídos todo o mobiliário anterior a 10 anos. As comarcas que estão no rol de 2023 receberão os móveis até dezembro de 2023; e assim ocorrerá para as que constam da lista de 2024, que receberão a substituição do mobiliário até dezembro do referido ano.

4. No tocante à Gestão Patrimonial, foi informado que este contempla auditoria fiscal e contábil; renovação das plaquetas de tombos de todos os bens móveis dos fóruns e prédios, totalizando os 184 municípios e aproximadamente 212 mil itens. Pedro Sampaio enfatizou a necessidade do apoio das Comarcas para a implantação desta iniciativa.

5. O Secretário de Administração e Infraestrutura ainda mencionou a aquisição de kit júri para todas as comarcas (caixa amplificada, caixa de som, 04 microfones, projetor e telão), incluindo o Fórum das Turmas Recursais. A entrega deve ocorrer até março de 2024. Por fim, abordou que a partir de novembro de 2023 serão entregues eletrodomésticos para as 183 comarcas do interior e para a Comarca da Capital.

6. O representante do Sindicato dos oficiais de justiça questionou sobre a necessidade de disponibilizar equipamentos para as Cemans. Informa que quando solicitam equipamentos, via CPA, é informado que a comarca já tem número suficiente que contempla o quantitativo de usuários cadastrados nos sistemas. Pedro Sampaio solicitou que fossem feitas novas solicitações, esclarecendo a ausência dos equipamentos especificamente na Ceman.

7. Na oportunidade, Dr. Marcelo Roseno mencionou sobre a necessidade de atualização do cadastro de servidores cedidos junto ao sistema ADMRH, e não só no sistema de vínculos, para que o TJ conheça o real quantitativo de pessoal alocado em cada unidade judiciária. Inclusive, abordou que o Tribunal abrirá formulário para recadastramento dos servidores cedidos e que, em atendimento às determinações do TCE e CNJ, o TJCE está elaborando Plano de Recomposição da Força dos

Cedidos.

8. Após, Felipe Mourão, Secretário de Gestão de Pessoas, realizou a apresentação sobre a Lotação Paradigma, anexa, abordando conceitos aplicados de acordo com a Resolução do CNJ nº 219/2016; adoção do método estatístico de *cluster*, agrupamento por semelhanças, e a consideração das diferenças entre as unidades.

9. Dra. Josilene de Carvalho pergunta se para a definição da lotação paradigma de Oficiais de Justiça é levada em consideração a extensão territorial atendida.

10. Mário David, gerente de informações estratégicas da Seplag, informou que para a definição da lotação paradigma de Oficiais de Justiça são consideradas a extensão territorial, entrância, população e demanda. Esclareceu, ainda, que a partir do quantitativo calculado é acrescido um número de oficiais dependendo do tamanho da comarca e da quantidade de agregadas e vinculadas.

10. Sérgio Mendes, Secretário-Geral da área Administrativa, pontuou que a paradigma representa a lotação mínima para atender às unidades, e que é baseada na demanda (casos novos) e não no acervo processual. Assim, nem sempre ela é a ideal para todas as unidades, tanto que a Seplag tem realizado complementações ao cálculo padrão da Lotação Paradigma de modo que está fique mais próxima da necessidade real de cada comarca.

11. Rafaella Lopes informou que mensalmente tem ocorrido o envio de dados de pessoal ao CNJ (número de servidores e magistrados), de acordo com a Resolução nº 219/CNJ, pontuando que há a expectativa de cálculo da LP pelo próprio CNJ.

12. Sobre o Plano de Recomposição dos cedidos, Rafaella Lopes pontuou que o TJCE está trabalhando para disponibilizar às Comarcas Sede segurança armada e auxiliar de serviços gerais; e para comarcas de entrância final e intermediária, implantação de central de atendimento judiciária (CAJ). Pontuou ainda que estão estudando alternativas para apoiar as comarcas na produção de expedientes, mencionando sobre a realização de projeto piloto na comarca de Pacajus.

13. Dra. Josilene de Carvalho tratou da dificuldade de manter ofícios de justiça nas comarcas devido ao quantitativo de demandas reprimidas. Sugeriu a realização de mutirões para redução desse acervo. Fábio Chagas, representante dos servidores, reforçou essa sugestão.

14. No tocante aos cedidos, Dra. Josilene de Carvalho considerando a Portaria nº 2411/2023, que disciplina a requisição de servidores pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, questionou sobre estágio voluntário a partir de contratos com as prefeituras dos municípios, se seriam permitidos. Dr. Marcelo Roseno informou que é possível, desde que os estagiários não realizem atividades típicas de servidor público.

15. Dra. Josilene de Carvalho sugeriu que o projeto piloto da Comarca de Pacajus fosse estendido para outras comarcas. Dr. Marcelo Roseno falou que no Plano de Recomposição da Força de Trabalho dos Cedidos, ainda em elaboração, há a previsão de iniciar a implantação de núcleos de produção de expedientes já em 2024. O magistrado ressaltou que esses núcleos adotariam a mesma divisão dos núcleos de custódia, com exceção da Região Cariri, que seria atendida pela expansão da Sejud Crajubar.

16. Concernente à eleição do Coordenador do Comitê, Dr. Marcelo Roseno propôs aos membros do Comitê a escolha do Juiz José Maria dos Santos Sales. Dra. Josilene de Carvalho, enalteceu a indicação do Juiz, mas se candidatou para a função. Diante disso, Dr. Marcelo Roseno propôs que um magistrado ficasse como coordenador no primeiro ano do mandato, e o outro no segundo ano.

17. Dra. Josilene de Carvalho, por ter sido a juíza mais votada para a escolha de magistrados a compor o Comitê Gestor (Resultado Edital nº 134/2023, publicado em 26/06/23), sugeriu que ela ficasse na função de coordenação no primeiro ano do mandato e o Dr. José Maria, no segundo ano. Todos os membros do comitê presentes na reunião concordaram.

18. Assim, considerando a validade de dois anos do Edital nº 134/2023 de eleição dos membros

Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Ceará, ficam eleitos por aclamação como coordenador do Comitê:

a) Dra. Josilene de Carvalho Sousa, juíza de 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará, de 30/10/23 a 25/06/24;

b) Dr. José Maria dos Santos Sales, juiz 30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, de 26/06/24 a 25/06/25.

19. Por fim, Dr. Marcelo Roseno confirmou a próxima reunião do comitê para o dia 04.12, e solicitou que os membros enviassem propostas de pautas por e-mail. O magistrado solicitou, ainda, que houvesse o compartilhamento do material apresentado para os membros e encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

4 Encaminhamentos/Deliberações/Compromissos

Compromisso	Prazo	Responsável
1-Enviar pautas para a próxima reunião	17.11.23	Integrantes do Comitê
Pautas para a próxima reunião 04/12/2023		
A serem definidas		

5 Aprovações

Segue ata da 3ª Reunião Ordinária Comitê do 1º Grau realizada no dia 30.10.2023 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 14.11.2023. Caso não haja proposta de modificação até tal data, a ata será considerada aprovada.